



Uma Escola de Agronomia para a Amazônia: elementos da implantação do Ensino Superior Agrícola na região Norte do Brasil (1945-1972)

An Agronomy School for the Amazon: elements of implementation of Higher Agricultural Education in the Northern region of Brazil (1945-1972)

Una Escuela de Agronomía para la Amazonia: elementos de la implementación de la Educación Agrícola Superior en la Región Norte de Brasil (1945-1972)

Ranyelle Foro de Sousa
Universidade Federal Rural da Amazônia (Brasil)
<https://orcid.org/0009-0009-7731-9259>
<http://lattes.cnpq.br/2998658565176045>
ranyelle.foro@yahoo.com.br

Luciane Sgarbi Santos Grazziotin
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-5648-3855>
<http://lattes.cnpq.br/038850128430009>
lsgarbi@unisinos.br

Resumo

Este estudo de cunho historiográfico tem como *lôcus* a Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), criada em 1945. O recorte temporal corresponde ao tempo de existência da escola, de 1945 a 1972. O trabalho inscreve-se no campo da História da Educação e tem como metodologia a História Oral; somaram-se, à empiria das narrativas de memória, documentos iconográficos, notícias de jornais, legislação da época e documentos oficiais. Os objetivos da investigação relacionam-se à possibilidade de identificar as condições que levaram à implementação de uma escola superior de Agronomia em Belém do Pará e os elementos motivadores de sua instalação, entre as décadas de 1940 e 1950; examina-se, ainda, seu processo de constituição. À medida que as memórias avançam, em um processo de reminiscências, as narrativas indicam que se tratava de uma escola de considerável suporte ao desenvolvimento do ensino, por ser uma instituição que adquiriu fama e prestígio acadêmicos.

Palavras-chave: História das Instituições; Ensino Superior Rural; Escola de Agronomia da Amazônia.

Abstract

This historiographical study is based on the *Escola de Agronomia da Amazônia* (EAA), created in 1945. The time frame corresponds to the school's existence, from 1945 to 1972. The research falls within the field of History of Education and uses Oral History as its methodology; iconographic documents, newspaper articles, legislation of the time and official documents were added to the empirical evidence of memory narratives. The research objectives are related to the possibility of identifying the conditions that led to the implementation of a higher education school of Agronomy in Belém do Pará and the elements that motivated its establishment, between the 1940s and 1950s. In this way, its establishment process is also examined. As the memories advance, in a process of reminiscences, the narratives indicate that it was a school which provided considerable support for the development of education, as it was an institution that acquired academic fame and prestige.

Keywords: History of Institutions; Rural Higher Education; Agronomy School of Amazon.

Resumen

Este estudio historiográfico tiene como sede la Escuela Amazónica de Agronomía (EAA), creada en 1945. El marco temporal corresponde al tiempo de existencia de la escuela, de 1945 a 1972. El trabajo se encuadra en el campo de la Historia de la Educación y utiliza como metodología la Historia Oral; a la evidencia empírica se sumaron relatos de memoria, documentos iconográficos, informes periodísticos, legislación de la época y documentos oficiales. Los objetivos de la investigación están relacionados con la posibilidad de identificar las condiciones que llevaron a la implementación de una escuela superior de Agronomía en Belém do Pará y los elementos motivadores de su instalación, entre las décadas de 1940 y 1950; examinando también su proceso de constitución. A medida que avanzan los recuerdos, en un proceso de reminiscencia, las narrativas indican que fue una escuela con un apoyo considerable para el desarrollo de la enseñanza, pues fue una institución que adquirió fama y prestigio académico.

Palabras clave: Historia de las Instituciones; Educación Superior Rural; Escuela Amazónica de Agronomía.

Recebido: 29/01/2025

Aprovado: 19/05/2025

Introdução

O presente estudo aborda o processo de implementação de uma escola de Ensino Superior, do curso de Agronomia, criada pelo Decreto-Lei nº 8.290, de 05 de dezembro de 1951, na cidade de Belém/PA¹. A finalidade da instituição era a formação de engenheiros agrônomos que atuassem no meio típico do Norte do Brasil.

Os objetivos do estudo relacionam-se à possibilidade de identificar as condições que levaram à implementação de uma escola superior de Agronomia em Belém do Pará e os elementos motivadores de sua instalação, entre as décadas de 1940 e 1950, bem como examinar o seu processo de constituição, desde o árduo percurso da instalação desse espaço até o seu reconhecimento – pela comunidade de Belém do Pará – como destacada instituição na formação de profissionais para atuação no meio rural. Questiona-se, nesse sentido: quais representações foram produzidas, por meio das memórias dos sujeitos, sobre o processo de formação na Escola de Agronomia da Amazônia (EAA).

Segundo Magalhães (2004), a história do sistema educativo não é um somatório de instituições escolares justapostas, nem a história de uma dessas instituições se torna possível fora de um todo coerente. É nos domínios da representação e da apropriação dos sujeitos que nela viveram que uma instituição educativa se manifesta como um todo mais amplo, complexo, relacionado a um sistema educativo, a um espaço geográfico, a um contexto político, compondo, assim, certa dimensão de coerência.

As instituições de ensino têm traços em comum e se assemelham de diferentes formas, mas também apresentam singularidades. Dentre os elementos que as singularizam, encontram-se os contextos históricos e políticos em que foram criadas, os sujeitos que as integram, as estruturas físicas, materiais e financeiras, bem como as culturas que desenvolvem e partilham. Nessa direção, a possibilidade de problematizar as relações que moldam os contextos institucionais de cada uma dessas organizações se torna potente para os estudos no campo da História da Educação.

No traçado do percurso, em busca de dados empíricos para a compreensão do processo de formação na EAA, escolheu-se trabalhar com narrativas orais, uma vez que são elas, as memórias dos sujeitos, que produzem determinadas representações sobre o lugar de uma instituição. Conforme Amado e Ferreira (2006), a História Oral, enquanto metodologia de pesquisa, possibilita a produção de documentos históricos singulares; as narrativas, frutos da interação entre entrevistador e entrevistado, permitem trabalhar com esses testemunhos orais como principal fonte de estudo. Assim, as memórias, produzidas por meio dos diálogos com os sujeitos participantes, constituem a principal fonte documental da presente pesquisa. No recorte escolhido, fez-se uma análise que compreende a história da Escola de Agronomia da Amazônia como espaço de formação superior, análise cuja ênfase reside no estudo das representações que vagam entre o isolamento geográfico da instituição e a ignorância de sua existência, até a conquista de um lugar de destaque como espaço pujante, que conferia *status* a quem o frequentava.

¹ O artigo aqui apresentado é um recorte da tese de doutorado defendida por Ranyelle Foro de Sousa, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, intitulada *Memórias de uma instituição de ensino superior em Belém do Pará: uma história da Escola de Agronomia da Amazônia (1945-1972)*.

Caminhos percorridos: entre documentos escritos e orais

A História Oral, como opção metodológica de pesquisa, agrega elementos que a tornam potente, mas não deixa de possuir determinadas limitações em seu processo de execução. Ao pensar-se nos desafios enfrentados na realização desta investigação, vêm à memória as inseguranças e o receio do pesquisador de não ser bem recebido pelos sujeitos identificados como potenciais narradores, bem como a incerteza de conseguir localizá-los.

Na pesquisa desenvolvida para este artigo, o acesso aos entrevistados foi construído à medida que a investigação ia avançando. Em tal processo de investigação, importa a reflexão de que o tempo e os espaços compartilhados pelos sujeitos que vivenciaram a constituição da Escola de Agronomia da Amazônia (EAA) não mais existem no presente: estão apenas nas memórias daqueles que conheceram e partilharam de experiências em seu ambiente no passado. A instituição pesquisada persiste na atualidade, com nova nomenclatura, novas estruturas e novas pessoas, mas a lembrança dos significados partilhados por cada entrevistado traça um caminho de tempos pretéritos aos dias atuais. Essa é, pois, uma das motivações pelas quais se escolheu trabalhar com a História Oral como metodologia deste estudo. Tal metodologia depende de pessoas dispostas a narrarem: no caso desta empreitada, foram encontrados alunos e professores que viveram tais experiências em um passado não muito distante e que reconstruíram, no presente, as memórias acerca da EAA.

No início da investigação, um fato que trouxe luz ao processo de execução foi o contato com Walmir Hugo dos Santos Monteiro, um senhor de 85 anos de idade que, desde a década de 1990, exerce a função pública de assessor especial da Reitoria da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Ele é um dos poucos que já escreveu a história da instituição.

O compartilhamento com ele das pretensões da pesquisa resultou em uma frase de excitação, alegria e brilho no olhar: “[...] pensei que ninguém além de mim fosse se interessar pela história desta Instituição, sua pesquisa é uma coroação à Universidade, como posso te ajudar?”. E muito ajudou. No mesmo dia, Walmir ligou para cinco contatos que constavam em uma lista já por ele fornecida. Fez questão de lhes falar da pesquisa e exerceu um importante papel ao convencer muitos deles a colaborar. Ao final do encontro, Walmir pediu que as entrevistas fossem agendadas com todos os indicados por ele antes e, por último, com ele, o que de fato aconteceu. Desse modo, foram realizadas as entrevistas com Antônio Carlos Albério, Waldir João da Silva Monteiro, Ítalo Cláudio Falesi, Maria da Glória Cunha Aguiar, Maria de Fátima Alves, Elias Sefer, Eva Maria Abufaiad, Emeleocípio Botelho de Andrade, Emir El-Husny e, finalmente, Walmir Hugo Pontes dos Santos Monteiro.

Todos, com exceção de Elias, foram ex-alunos e/ou ex-professores da escola. Foi por meio de Antônio Carlos que se conseguiu localizar Elias, único ex-diretor vivo, o qual administrou a escola de 1961 até sua transformação em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP).

Antes de iniciar-se as entrevistas, deu-se o processo de recolha de outros documentos do seguinte modo: visita à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e à UFRA, espaços nos quais foram identificados alguns documentos disponíveis, mantidos nos acervos dessas instituições. Na Embrapa, encontrava-se disponível a biografia do cientista Felisberto Camargo, fundador da EAA, no livro intitulado *O Homem que tentou domar o Amazonas* (Ferreira, 2011). Apesar do caráter ufanista da biografia, a leitura dessa obra permitiu conhecer

um pouco sobre a vida, a história e os ideais do referido cientista no contexto da educação superior agrícola no Estado do Pará. Outro achado foi a revista *Norte Agrônomo* (1954). Nela, consta o discurso de Felisberto Camargo, pronunciado no ato de inauguração das aulas na EAA. Também foram localizadas as Portarias EAA nº 110, de 14 de março de 1951 (EAA, 1951), e nº 134, de 31 de março de 1952 (EAA, 1952a), que tratam dos critérios de concessão de bolsas para alunos da escola. Foram encontrados, ainda, o Relatório EAA do ano letivo de 1951 (EAA, 1952b) e o Relatório EAA de excursão de estudos (EAA, 1953), todos arquivados em cada um dos espaços citados.

Na sala da assessoria especial da Reitoria da UFRA, foram acessadas três publicações que referenciam a EAA, quais sejam: *A Escola de Agronomia da Amazônia e Faculdade Memorial histórico 1951-1991* (1992); *A Escola de Agronomia da Amazônia e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará no contexto sócio-educacional da Amazônia* (2003); *Registros históricos: contribuições à memória da Universidade Federal Rural da Amazônia* (2014). Trata-se de documentos que se dedicam aos registros de eventos, evoluções históricas, grandes feitos dos principais gestores que passaram pela instituição. Tais documentos auxiliaram na composição do mosaico de constituição e consolidação da EAA. São versões unilaterais, cronológicas e lineares dos acontecimentos, mas fundamentais para esta pesquisa; e, como no caso de qualquer documento, coube-nos a problematização das informações neles veiculadas.

Na Biblioteca Pública Arthur Vianna, situada em Belém, a localização de jornais microfilmados auxiliou na compreensão da produção discursiva sobre a EAA na temporalidade de interesse ao presente estudo. Trata-se de quatro publicações, da *Folha do Norte*, “Criada a Escola de Agronomia da Amazônia” (1945) e “Instalar-se-á amanhã a Escola de Agronomia da Amazônia (1951); e, de *O Liberal*, “Instalada a Escola de Agronomia da Amazônia” (1951) e “Solenemente instalada a Escola de Agronomia da Amazônia”. Essas publicações dão a dimensão da repercussão da instalação de tal espaço de educação superior na Região Amazônica. As matérias jornalísticas têm como objeto a divulgação da criação da EAA e a celebração de início das atividades da escola. Nessa direção, tais notícias auxiliaram na construção das representações sociais sobre a EAA naquele período.

Outro acervo de documentos ao qual se recorreu foi o Arquivo Público do Pará. Tal espaço estava instalado em um grande balcão, quase sem ventilação, com caixas empilhadas, e não dispunha de nenhum sistema de informação para a realização da pesquisa. As buscas ocorreram por meio de uma pasta/catálogo na qual estavam referenciados os assuntos. Nenhum documento sobre a EAA foi identificado no local. Essa experiência no Arquivo Público remete às palavras de Bacellar (2005, p. 49), segundo o qual “aventurar-se pelos arquivos [...] é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados”. A essas fontes, somou-se um vídeo localizado nos meios digitais, produzido pelo projeto *A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)*.

No Quadro 1, a seguir, sistematizamos os locais nos quais foram encontrados os documentos escritos, a quantidade de documentos encontrados e suas tipologias. Dar visibilidade a essas fontes e seus locais de acesso encurta o caminho de outros pesquisadores que por eles um dia tenham interesse.

Quadro 1: Levantamento das fontes identificadas antes das entrevistas

Local	Quantidade	Descrição das fontes
EMBRAPA	06	<ul style="list-style-type: none"> • Livro <i>O Homem que tentou domar o Amazonas</i> (2011). • Revista <i>Norte Agrônomo</i> (1954). • Portaria EAA nº 110, de 14 de março de 1951. • Portaria EAA nº 134, de 31 de março de 1952. • Relatório EAA do ano letivo de 1951 (1952) • Relatório EAA de excursão de estudos (1953).
UFRA	04	<ul style="list-style-type: none"> • Livro <i>A Escola de Agronomia da Amazônia e Faculdade Memorial histórico 1951-1991</i> (1992). • Livro <i>A Escola de Agronomia da Amazônia e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará no contexto socioeducacional da Amazônia</i> (2003). • “Registros históricos: contribuições à memória da Universidade Federal Rural da Amazônia” (2014). • “Memorial fotográfico: EAA, FCAP, UFRA – 60 anos dedicados à Amazônia” (2011).
UFRA	02	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, que criou a Escola de Agronomia da Amazônia. • Decreto-Lei nº 65.943, de 23 de dezembro de 1969, que aprovou o Estatuto da Escola de Agronomia da Amazônia.
Biblioteca Arthur Vianna	04	<ul style="list-style-type: none"> • Notícia “Criada a Escola de Agronomia da Amazônia” (Folha do Norte, 1945, p. 1). • Notícia “Instalar-se-á amanhã a Escola de Agronomia da Amazônia” (O Liberal, 1951, p. 2). • Notícia “Instalada a Escola de Agronomia da Amazônia” (Folha do Norte, 1951, p. 1). • Notícia “Solenemente instalada a Escola de Agronomia da Amazônia” (O Liberal, 1951, p. 1).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após a recolha e a separação dos referidos documentos por tipologias e assuntos, deu-se a produção das narrativas de quem se dispôs a falar. Por meio das memórias de cada um, articuladas às fontes escritas, foi constituído o *corpus* empírico da investigação, o qual possibilitou a produção histórica a partir das representações sobre um espaço do Ensino Superior agrícola na Região Norte do Brasil. Antes de prosseguir, cabe retomar o objetivo deste artigo, de identificar as condições que levaram à implementação de uma escola superior de Agronomia em Belém do Pará e os elementos motivadores de sua instalação entre as décadas de 1940 e 1950, bem como examinar o seu processo de reconhecimento na comunidade de Belém do Pará.

De forma a atingir os objetivos definidos, analisa-se, a seguir, o desenvolvimento do estado do Pará e sua relação com a EAA, desde o início desta, em que era desprovida de fama e frequentada por alunos pobres, até o seu reconhecimento como espaço com arquitetura própria e notório mérito em nível acadêmico.

O desenvolvimento do Pará e a relação com a Escola de Agronomia da Amazônia

Magalhães (2004, p. 162) assegura que a história das instituições educativas acontece visando a uma narrativa coerente que lhes confira uma identidade histórica, articulando a materialidade que envolve “tempos, espaços, estruturas, organização, que se ativam como formas de organização, regulamentos, currículo, pedagogias”, entre outras particularidades relacionadas a esses espaços

Cientes de que não é possível dar conta de todos esses aspectos no âmbito de um artigo, elegemos três elementos que estão relacionados aos sujeitos, ao espaço e ao tempo da criação da EAA. Para essa empreitada, importa explicitar algumas questões contextuais ligadas ao estado do Pará. Em seus mais de 400 anos de história, Belém vivenciou tempos de maior desenvolvimento socioeconômico, dentre os quais o período da borracha, que se estendeu da metade do século XIX até o início do século XX, momento em que a elite regional se esforçou por promover reformas urbanas, que refletissem os sinais de conforto material e de progresso facilitados pelos negócios da borracha.

Nesse período, Moreira (1977) afirma que o ensino primário e o profissional se desenvolveram consideravelmente; porém, o mesmo não aconteceu com o Ensino Superior. Apenas dois estabelecimentos superiores foram criados: a Faculdade Livre de Direito, em 1902, e a Escola de Farmácia, em 1904. Com a crise da borracha, as elites passaram a não dispor de condições suficientes para enviarem seus filhos ao estudo no exterior. A solução foi incentivar a criação e a expansão do Ensino Superior local para capacitar os seus intelectuais. Após a criação dos cursos citados, em ordem cronológica, surgiram: a Faculdade de Odontologia (1914) e a Escola Agrônômica do Pará (1918). Contudo, a despeito da intenção dos políticos locais, de investirem em alternativas de desenvolvimento para a região, esta permaneceu por um longo tempo em um processo de “hibernação”.

Foi justamente durante a Segunda Guerra Mundial que a região voltou a ser foco das ações e dos planejamentos governamentais. Com o ingresso dos Estados Unidos no confronto, o Brasil realizou acordos, comprometendo-se com o suprimento de borracha natural para o reforço de guerra. O Estado nacional, apoiado pelos Acordos de Washington, iniciou novo processo de promoção de políticas públicas na Amazônia, no sentido de criar infraestrutura social e econômica no contexto do novo ciclo de extração da borracha. Nota-se que, nesse período, foi criado, em Belém, um importante órgão de pesquisa agropecuária, denominado Instituto Agrônômico do Norte (IAN).

No campo educacional, muitos esforços do governo federal foram efetivados na região, a partir da segunda metade da década de 1940. A primeira instituição superior concebida nesse período o foi, justamente, na área agrícola. Em Belém, foi criada e inaugurada a EAA, que, apesar de criada em 1945, só seria inaugurada seis anos depois, em 1951. Trata-se da única entidade de Ensino Superior agrícola criada no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950.

Entretanto, a EAA não foi a primeira instituição de Ensino Superior agrícola na Amazônia, tampouco em Belém. Na Região Amazônica, o primeiro curso superior agrícola data de 1912, com a criação do ensino de Agronomia na Escola Universitária Livre de Manaus, no estado do Amazonas. Tal curso funcionou até 1943 e foi fechado por falta de reconhecimento pelo Ministério da Agricultura.

Na década de 1940, com o objetivo de retomar o Ensino Superior com pendor agrícola, o então diretor do IAN, Felisberto Camargo, apresentou ao governo federal um projeto de criação de uma escola superior de Agronomia, vinculada ao próprio instituto, que deveria preencher a lacuna deixada pelo fechamento das escolas do Pará, do Amazonas e do Maranhão (Ferreira, 2011).

Por meio de memórias vicárias, que ocorrem “quando as memórias de outros se tornam uma parte da realidade para aqueles que as ouvem, mas não tinham experienciado os eventos [a]os quais as memórias se referem” (Errante, 2000, p. 165), Emeleocípio narra, pelo que escutou de Felisberto Camargo e de outras pessoas com as quais conviveu no IAN, detalhes dos esforços do próprio Felisberto para a criação da EAA:

Felisberto, usando o prestígio que ele dispunha junto [...] ao presidente Getúlio Vargas, sabia que seria fácil aprovar tal projeto. Todavia, em 1945, quando o projeto da Escola estava quase acabado, no dia 29 de outubro, como todos sabemos, o Getúlio foi deposto. O Felisberto apressou o término do documento e o levou pessoalmente ao Ministério da Agricultura e, ato contínuo, foi conversar com o presidente Vargas e solicitou que ele exercesse seu prestígio, no sentido de aprovar o projeto. Logicamente, foram seguidos os trâmites normais dentro do Ministério da Agricultura. Nessa época, o ensino agrícola era dentro Ministério da Agricultura e os trâmites correram muito morosamente, então ele foi de novo com o Vargas e solicitou que ele usasse novamente seu prestígio junto ao presidente interino, José Linhares, que assinasse a criação da Escola (Emeleocípio Andrade, Entrevista, 10/08/2016).

À luz dessas memórias e das demais produzidas durante este estudo, percebe-se que a comunidade se entende devedora em relação a Felisberto Camargo, ao qual é atribuída a conquista do curso de Agronomia e a implementação da EAA como um todo. A EAA foi criada com a finalidade de preparar agrônomos para o meio típico do Norte do País. O Decreto-Lei desde sua criação ordenou que a instituição funcionasse em regime de estreita cooperação com o IAN, utilizando-se de todos os equipamentos e dependências do Instituto para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Foi atribuído aos técnicos do IAN o desempenho das funções de Magistério, de acordo com a possibilidade de aproveitamento de cada um. Até o momento em que a escola tivesse organização própria, ela deveria seguir as normas regulamentares da Escola Nacional de Agronomia (ENA). Estabeleceu-se, também, que a EAA seria posta em funcionamento parcial, de acordo com a disponibilidade de verba do Ministério da Agricultura, e que, até ulterior deliberação, a direção da EAA seria exercida pelo diretor do IAN (Brasil, 1945).

A abertura da EAA possibilitou, aos estudantes da antiga escola de Agronomia do Pará, extinta no ano de 1943, dar prosseguimento aos seus estudos em nível superior. Uma matéria publicada no jornal *O Liberal*, de 04 de abril de 1951, esclarece aos interessados como proceder para efetivação da matrícula na EAA.

No dia 16 de abril de 1951, o mesmo jornal divulgou que a EAA seria instalada no dia seguinte. A notícia evidencia que o início do funcionamento da instituição representa a concretização de um antigo desejo da juventude da região, o que ratifica a importância da escola para contribuir com soluções aos problemas relacionados à agricultura nacional.

Essa e outras reportagens do jornal *O Liberal* imputam a aspiração da criação da EAA à juventude de Belém, como se fosse um desejo da comunidade, de seus jovens, em um processo de mobilização coletiva². Contudo, como foi possível perceber no decorrer da pesquisa, trata-se muito mais da vontade de alguns membros da sociedade de Belém do Pará, com influência política junto às esferas federais e que, devido a algumas conjurações daquele momento histórico, conseguiram seu intento. Tanto é assim que veremos, no decorrer da pesquisa, o quanto a EAA demorou a conquistar legitimidade naquele território.

² “Instalar-se-á amanhã a Escola de Agronomia da Amazônia Abrindo as portas da ciência agrônômica aos jovens da Amazônia, será proferida, amanhã, às 17 horas, no Palácio do Comércio a aula inaugural da Escola de Agronomia da Amazônia. A cerimônia será marcante na vida educativa nacional pelo que exprime de importância para o futuro, de vez que, além de vir satisfazer uma velha aspiração da mocidade amazônica, atinge diretamente um dos mais palpitantes problemas da nacionalidade, como seja o da agricultura. Assim, pois, teremos amanhã, através da palavra autorizada do agrônomo Felisberto Camargo, a concretização do funcionamento da Escola de Agronomia da Amazônia” (1951, p. 2).

A personalidade que se tornou notória nesse processo de criação, Felisberto Camargo, fez o discurso de inauguração, quando a EAA estava, ainda, vinculada ao IAN. Ele influenciou a construção e a instalação do prédio em que funciona até os dias de hoje.

Com relação à construção do prédio, “Felisberto exigiu que a frente da Escola de Agronomia fosse voltada para a várzea, porque ele acreditava que a várzea era o celeiro da Amazônia e do mundo do todo, pela produção e pela fertilidade da várzea” (Ítalo Falesi, Entrevista, 22/02/2016).

Tal edifício foi projetado em linhas do estilo colonial brasileiro, com corpo central de dois pavimentos, tendo uma entrada principal. Além das salas de aula e dos laboratórios, foram previstas as seguintes dependências: auditório com capacidade para 538 pessoas; sala da congregação; anfiteatro; sala de leitura; sala de professor; sala de café; gabinete do diretor; gabinete do secretário; serviço escolar; portaria; dois *halls* laterais; quatro saídas para pátios internos; três câmaras escuras; duas salas de balanças; seis depósitos e quatorze sanitários (EAA, 1952).

Viñao Frago (2001) afirma que o fato de uma instituição escolar alcançar edificação própria e ser arquitetonicamente identificada como tal, em parte, relaciona-se com o grau de independência que ela adquiriu em relação às demais instituições. No caso específico da EAA, a transferência da escola para uma instalação própria demonstrou, em certa medida, a quebra de sua estreita dependência em relação ao IAN e a consolidação de seu processo de autonomia espacial.

A partir das memórias registradas, foram pensadas e organizadas algumas categorias, com o objetivo de analisarem-se, além dos temas comuns e recorrentes, também as idiossincrasias presentes nas narrativas dos entrevistados. Com essa perspectiva, procurou-se, como já mencionado, responder à problemática desta pesquisa, a saber: quais representações foram produzidas, por meio das memórias dos sujeitos, sobre o processo de formação na EAA?

Segundo Chartier (1988, p. 17), o conceito de *representação* pode ser compreendido como “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Nessa direção, os entrevistados produziram, por meio das memórias, significados sobre o passado da instituição, conjunto de significados partilhados que permitiu historicizar determinados elementos da EAA. No recorte da investigação aqui apresentado, foram eleitos dois aspectos para discussão: em primeiro lugar, o início do curso de Agronomia como um espaço sem prestígio; em segundo lugar, a conquista do mérito acadêmico como instituição importante na formação da educação superior rural do Norte do Brasil.

Um início sem prestígio e frequentada por alunos pobres

Nas entrevistas realizadas, muitas são as narrativas sobre a EAA. Trata-se de memórias que, produzidas por cada sujeito, ora coincidem, ora apresentam especificidades pertinentes a todos os estudos que têm nas memórias orais suas âncoras de análise. Os diferentes pontos de vista, as idiossincrasias e as similitudes são aspectos que desafiam uma produção historiográfica, independentemente do tipo de documentação mobilizada.

No contexto desta pesquisa, as memórias trazem elementos que aludem às condições geográficas e à falta de conhecimento sobre o curso de Agronomia, como as principais causas de seu desprestígio no momento de sua instalação. Esses fatores contribuíram com a construção de representações que se referem ao curso – e, conseqüentemente, à instituição – como um espaço destinado aos pobres.

Ao rememorem lembranças sobre a existência da escola, os sujeitos produziram reflexões que conduziram a uma imagem da EAA como uma instituição pouco conhecida e desprovida de fama. Foram comuns os relatos sobre alunos tomarem conhecimento da

existência da EAA por acaso, por meio de parentes que tinham proximidade com alguém que trabalhava na escola ou, então, por meio de algum coetâneo que pretendia estudar ou que já estava cursando Agronomia na instituição. A título de ilustração, Walmir, que ingressou como aluno na EAA em 1952, afirmou que não tinha a menor ideia de sua existência e que não detinha nenhum conhecimento de Agronomia, nem tinha intenção de ser agrônomo. Ele havia prestado vestibular para Engenharia Civil e não tinha sido classificado. Então, um amigo de seu pai lhe falou sobre a existência da escola. Walmir resolveu ir à instituição, fez a prova e passou, tornando-se aluno da segunda turma da EAA. A esse propósito, destacou o entrevistado: “[...] eu não tinha a menor ideia da existência da Escola de Agronomia, [...] devo confessar que não atendi internamente a nenhum desejo meu, nenhuma inclinação, nenhuma vocação, na verdade foi mera oportunidade de cursar o Ensino Superior” (Waldir, Entrevista, 04/03/2016).

Ítalo, outro entrevistado, prestou vestibular para Medicina, no ano de 1951, mas não obteve êxito. Ele também não sabia da existência da EAA em Belém, nem mesmo do que se tratava a profissão de agrônomo. Em um encontro com uma antiga colega de escola que cursava o segundo ano de Agronomia na EAA, surgiu a informação. Ao saber que Ítalo não havia sido bem-sucedido no processo seletivo para o curso de Medicina, tal amiga perguntou-lhe se ele não tinha interesse em cursar Agronomia na EAA, ao que ele respondeu: “[...] fazer o quê? Agronomia? O que que é Agronomia? Onde fica essa escola?”. Ítalo, então, convidou o amigo Francisco Pereira, que não havia passado no vestibular para Engenharia Civil, para juntos conhecerem a EAA. Eles decidiram realizar o processo seletivo para Agronomia no ano de 1953, passaram e integraram a terceira turma.

Waldir confirmou que, na época em que prestou vestibular, em 1953, pouco se sabia sobre a profissão de Engenheiro Agrônomo. Maria de Fátima, quando cursava o terceiro ano científico no Colégio Público Paes de Carvalho, em 1958, soube por acaso, por meio de uma colega de sala, que havia uma escola de Agronomia na cidade e que esta disponibilizava transporte gratuito aos interessados. Juntas, decidiram conhecer a instituição. Dos alunos entrevistados, aqueles que estudaram na EAA, a partir da década de 1960 – caso de Maria Margarida, Emir El-Husny, Emeleocípio, Antônio Carlos e Antônio Ronaldo –, confirmaram que só tomaram ciência de que existia uma escola de Agronomia na cidade por meio de conhecidos que tinham relações profissionais ou acadêmicas com a instituição. Desse modo, o conjunto de narrativas demonstra que, dentre os estudantes, a EAA e a profissão de Engenheiro Agrônomo eram pouco conhecidas.

Para além da falta de informação dos moradores de Belém sobre a instituição, o curso em si não agregava um valor de futuro profissional. A atuação do agrônomo era ignorada e, provavelmente, pouco necessária, naquele momento histórico, no espaço em questão.

A localização geográfica da EEA consistia em outro impeditivo para o ingresso nela, pois era considerada distante do centro de Belém, instalada em uma área de difícil circulação. A esse respeito, Magalhães (2004) lembra que o lugar ocupado por um edifício na paisagem física e humana, bem como suas formas de acesso ou de isolamento, reflete, condiciona ou estimula a relação desse lugar com a comunidade que o envolve.

Importa dizer que não havia meios de transporte público que circulassem pela Avenida Perimetral até meados da década de 1960, em Belém. Para resolver a situação, a escola passou a oferecer, desde o início de suas atividades acadêmicas, um meio de transporte gratuito: tratava-se de um ônibus, chamado pelos alunos de “gostosão”, que havia sido adquirido para essa finalidade.

Os entrevistados reiteraram o caráter “marginal” da escola ao compartilharem as mesmas impressões sobre os cursos mais demandados pelos jovens paraenses, a saber, Medicina, Engenharia Civil e Direito. Alegaram que os outros cursos, dentre os quais o de Agronomia, não conferiam igual *status* social e econômico. Sendo assim, persistia a baixa procura por esses outros cursos e o seu consequente desprestígio.

Com o propósito de aumentar a procura e tornar tanto o curso de Agronomia quanto a EAA mais conhecidos na sociedade paraense, a gestão escolar, com apoio de alunos, passou a desenvolver estratégias de divulgação implementadas ainda nos anos de 1950. Segundo Waldir João da Silva Monteiro: “Nós passamos a percorrer os colégios secundaristas de Belém para explicar pros alunos da última série do Ensino Médio [...] o que era Agronomia” (Entrevista, 10/08/2016). Um ônibus da escola apanhava estudantes de diferentes colégios para realizarem visitas às instalações da EAA e serem apresentados à profissão de Agrônomo, passando a conhecer a importância desse profissional para a região.

Mesmo com o aumento da procura, “era considerada, assim, uma escola para pobre, pobrezinho, para quem era suburbano ou do interior, não tinha assim um *status* digamos assim” (Waldir Monteiro, Entrevista, 10/08/2016).

A memória do grupo entrevistado insistiu em ratificar que boa parte dos estudantes que ingressavam na EAA era procedente de famílias desfavorecidas financeiramente. Havia, porém, exceções, caso dos seguintes participantes da pesquisa, dentre os quais Ítalo, Antônio Carlos, Antônio Ronaldo, Maria Margarida, Maria da Glória, Eva e Emeleocípio.

Uma escola portentosa que formou profissionais brilhantes

As narrativas e as imagens da época indicam que se tratava de uma escola de considerável suporte ao desenvolvimento do ensino. Os alunos que estudaram na EAA, desde o princípio, quando esta funcionou provisoriamente nas instalações do IAN (de 1951 a 1957), afirmaram que a escola recebeu do Instituto todo o apoio necessário à realização das atividades escolares. Walmir, Ítalo, Waldir e Maria da Glória foram os únicos entrevistados que estudaram na EAA nessa época.

Walmir recordou detalhes da infraestrutura oferecida pela escola e classificou todo o suporte ofertado pela instituição, à época de sua formação, como algo extraordinário:

Eu fiz toda a minha vida de EAA no Instituto, dispondo de todos os instrumentos, de todo o conhecimento, de toda a experiência, de toda a formação técnica dos técnicos do Instituto, não só dos que já eram do Instituto, que eram gente de fora, tinham americanos, tinha muita gente de São Paulo, da Luiz de Queiroz, porque o Camargo tinha origem de lá (Walmir Hugo Pontes dos Santos Monteiro, Entrevista, 04/03/2016).

Mesmo que as memórias e os documentos escritos e iconográficos tragam indícios de um ensino qualificado e de uma infraestrutura adequada às necessidades do curso, a revisão de seu *status*, a sua consolidação e o seu reconhecimento como um importante espaço na educação só acontecem a partir da construção de seu prédio próprio.

Muda-se o prédio, transformam-se os discursos: essa instituição de prédio improvisado ganha, em 1958, suas próprias instalações. A partir de então, as memórias dos sujeitos insistem em ratificar os atributos de riqueza e portentosidade da escola, a começar pela edificação construída para abrigar a instituição. A exemplo disso, Maria de Fátima, que ingressou como aluna na instituição em 1959, expressou que, apesar de a escola apresentar aspecto rural, por ser cercada de mato, tinha uma edificação luxuosa e requintada.

Figura 1: Área onde foi instalada a EAA, com destaque para o prédio central ao fundo, 1956.



Fonte: UFRA (2011, p. 12).

Na Figura 1, é possível observar que a escola era, realmente, circundada de plantações, aproximando-se do feitiço rural narrado por Maria de Fátima. Ao fundo da imagem, está o edifício-sede da EAA, um grandioso e imponente prédio, que se apresenta como símbolo moderno em meio ao espaço rural que o abriga. Ao centro da fotografia, está Benito Gabriel Batista Calzavara, professor da EAA, numa área de plantação de soja.

Os espaços que contornavam a instituição eram sugestivos dos ambientes de trabalho que os discentes encontrariam após a formação, pois a EAA era envolvida por flora, fauna e várzea – e, mais adiante, havia um rio. Esses espaços chegavam a causar uma espécie de fascínio em muitos que vivenciaram a escola, como se pode atentar nas falas do aluno Emir El-Husny: “[...] tínhamos aquela área florestal, praticamente um rio fantástico na frente, que era o rio Guamá, e vislumbrávamos o solo ali na frente, que era um solo de várzea, então tudo aquilo nos encantava” (Emir El-Husny, Entrevista, 12/08/2016).

À medida que as memórias convergem para um outro espaço, as representações se reconfiguram e outro sentido é atribuído ao curso. Escolano Benito (2001, p. 26) destaca que os espaços escolares, para além de sua materialidade, expressam determinados tipos de discurso que devem ser analisados. Sobre essa questão, ressaltamos que os alunos de outrora insistiram em revisitar o recinto da EAA, por meio de suas recordações, para, assim, retratarem e refletirem sobre o ambiente escolar em que conviveram. Nessa perspectiva, os espaços escolares pareceram funcionar como uma espécie de suporte à memória do grupo. Em relação a esse aspecto, Escolano Benito (2017, p. 187) afirma: “[...] os edifícios escolares registram em si mesmos conteúdos e valores de memória; são, ao mesmo tempo, indutores de influências duradoras, nas lembranças dos atores”.

A grandiosidade, a formosura e a limpeza do prédio central foram elementos destacados nas reminiscências do discente Antônio Carlos: “[...] um prédio suntuoso, belíssimo, a coisa mais linda aquele prédio central. O piso não era de lajota, era de taco, encerado toda semana pelo pessoal do almoxarifado, era um brinco” (Antônio Carlos, Entrevista, 22/02/2016).

O aluno Emeleocípio salientou que a EAA era arquitetonicamente bonita, portentosa e rica; ressaltou, ainda, que o curso de Agronomia era caro; porém, segundo ele, a escola detinha recursos para a manutenção das atividades. O entrevistado destacou as estruturas disponibilizadas aos alunos e aos professores: “[...] nós tínhamos tratores de esteira, tratores de roda, caminhões. [...] outra coisa, nós tínhamos restaurante universitário. Nós tínhamos campo de futebol e piscina” (Emeleocípio Andrade, Entrevista, 10/08/2016). Paul Ricouer (2007, p.

59) explica a potência de memórias como essa, ao afirmar que “os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. Por estar a lembrança tão ligada a eles a memória declarativa se compraz em evocá-los e descrevê-los”. Elias comentou que inaugurou muitas obras quando foi diretor da EAA, e pontuou que o restaurante universitário da escola, fundado em 1969, foi o primeiro a entrar em funcionamento em toda a Amazônia Legal. Destacou, ainda, que a instituição tinha o maior centro esportivo universitário da Região Norte do país. Ele evocou com orgulho seus próprios feitos à frente da gestão da escola:

Quero dizer também [...] que o primeiro restaurante universitário instalado na Amazônia e que começou a funcionar em toda a Amazônia Legal foi o da Escola de Agronomia da Amazônia. [...] Nós tínhamos o maior centro esportivo universitário do Norte do Brasil, piscina, quadra de tênis, o ginásio, o primeiro restaurante do Norte do Brasil foi aquele, mas foi ampliado hoje (Elias Sefer, Entrevista, 29/02/2016).

Além de excelentes instalações físicas, a escola era bem equipada, com laboratórios, máquinas, tratores, peças e animais à disposição para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. As narrativas do aluno Emir apresentaram mais detalhes acerca das estruturas ofertadas ao ensino na EAA:

Cada estudante em diferentes disciplinas trabalhava com um microscópio pra cada aluno nas suas respectivas bancadas. Nas aulas de entomologia, uma lupa em cada bancada de estudante [...] Nós tínhamos quatro ônibus, dois a gente chamava ônibus grandes, um micro-ônibus e um mais antigo, Mercedes-Benz, nós tínhamos quatro ônibus pra 200 alunos, para aulas práticas, pra nos apanhar em São Brás e nos deixar na volta das aulas, ninguém tinha isso em Belém. [...] Na área zootécnica, nós tínhamos aula prática com bovinos, com bubalinos que eram os grandes animais, nós tínhamos caprinos, ovinos, suínos (Emir El-Husny, Entrevista, 12/08/2016).

Por sua vez, a discente Eva recordou-se de outros aparatos existentes na EAA que foram muito importantes no processo de formação dos alunos, tais como: teodolitos, vaginoscópios, equipamentos de inseminação, chocadeiras, animais em osso e em massa. Os entrevistados sublinharam que os equipamentos e os insumos utilizados nas aulas eram de boa qualidade, sendo alguns importados de países da América do Norte e da Europa: “[...] na nossa sala de desenho as carteiras e as pranchetas eram importadas do Estados Unidos, era uma coisa chique. Os teodolitos, por exemplo, vinham da Alemanha” (Emeleocípio Andrade, Entrevista, 10/08/2016).

No decorrer da pesquisa, alguns elementos se manifestaram: alunos afirmaram não haver percebido dificuldades financeiras, mas, na narrativa do Diretor Elias, ele esclarece que todas as instituições públicas passam por algum tipo de dificuldade. A esse respeito, ele informa ter contornado esse aspecto estabelecendo convênios com distintos órgãos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que depois passou a se chamar Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para a construção da biblioteca e do refeitório, assim como para a concessão de bolsas estudantis. No ano de 1951, foram concedidas 16 bolsas estudantis e, no ano seguinte, foram concedidas 20. Tais bolsas eram concedidas por meio de requerimento e levavam em conta a classificação do aluno no momento de ingresso no curso.

Consideração sobre o processo de criação da EAA e das memórias que o narram

Desde o início de seu funcionamento, em 1951, até 1971, durante 21 anos, a EAA diplomou 18 turmas, com um total de 451 profissionais formados em Engenharia Agrônoma. Uma média de 21 agrônomos saíam da escola anualmente para comporem os quadros funcionais de diferentes organizações públicas ou privadas ligadas ao setor agrícola da Região Amazônica.

A partir das memórias, entende-se que a iniciativa de idealizar uma instituição federal de ensino superior agrícola em Belém partiu de Felisberto Camargo, pesquisador do IAN. A criação e a implementação da EAA, nas décadas de 1940 e 1950, relacionam-se a um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam os seguintes: a inexistência de escolas de Agronomia em toda a Amazônia brasileira; a formação de agrônomos para sanar a carência de técnicos no IAN e em outras instituições do setor agrícola da região; o apoio à execução de políticas públicas desenvolvimentistas para a Amazônia, estabelecidas no artigo 199 da Constituição Federal de 1946 e no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA); e o cumprimento de acordos internacionais – Acordos de Washington e Programa Ponto IV –, os quais buscavam incentivar atividades ligadas ao desenvolvimento agrícola, à ciência e à tecnologia no Brasil.

Entre os anos de 1951 e 1957, a EAA guardou estreita relação de dependência com o IAN, sendo integrada fisicamente às dependências desse instituto de pesquisa agrônoma, que dispôs de instalações físicas, equipamentos e pessoal para o magistério e para a gestão da escola. A instituição alcançou autonomia espacial no ano de 1958, quando o edifício-sede da escola foi inaugurado, passando o órgão escolar a ser identificado arquitetonicamente como tal. A arquitetura educacional aproxima-se do modelo da Escola Eliseu Maciel³, em Pelotas/RS, e as normas regulamentares estabelecidas seguiram o modelo da Escola Nacional de Agronomia, do Rio de Janeiro.

As reminiscências dos sujeitos participantes da pesquisa, sobre os tempos e os espaços escolares, levam à compreensão de que a EAA foi, no início de seu funcionamento, uma instituição pouco conhecida e desprovida de fama, por diferentes razões: a pouca divulgação sobre ela na sociedade paraense e a localização geográfica da escola, considerada distante do centro urbano e, portanto, de difícil acesso.

As narrativas dos entrevistados apresentaram indícios do perfil socioeconômico dos alunos que frequentaram a EAA. Geralmente, eram pessoas provenientes das classes sociais mais baixas, gente humilde, pobre – características provavelmente interligadas.

As memórias produzidas e algumas fotografias analisadas trazem indícios de que se tratou de uma instituição escolar que promoveu excelente suporte ao processo de formação de seus discentes. Aqueles que estudaram na escola, entre os anos de 1951 e 1957, tiveram à sua disposição toda a estrutura física, técnica, tecnológica e humana do IAN, órgão que contava com moderno aparelhamento técnico-científico agrícola na região. Mesmo após ser transferida para instalações próprias, em 1958, e se desvincular do IAN, em 1960, a escola continuou a sustentar os atributos de riqueza e suntuosidade.

Esta é, pois, uma história da Escola de Agronomia da Amazônia. Trata-se de uma história que também é dos sujeitos que compartilharam vivências, rituais, sentimentos e símbolos na EAA, sujeitos que, ao contarem suas experiências, (res)significaram suas trajetórias de vida e a própria instituição de ensino aqui historicizada.

³ O curso de Agronomia da Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel foi reconhecido pelo governo federal por meio do Decreto nº 1.753, de 29 de junho de 1937. No ano de 1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.970, de 19 de setembro, a Escola foi federalizada. Em 1960, a Escola foi integrada à Universidade Rural do Sul, que, em 1969, pelo Decreto-Lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, foi transformada na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Referências

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.290, de 05 de dezembro de 1945*. Cria a Escola de Agronomia da Amazônia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8290-5-dezembro-1945-457481-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CRIADA a Escola de Agronomia da Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, p. 1, 22 nov. 1945.

ERRANTE, Antoniette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da Educação*, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141- 174, set. 2000.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: ESCOLANO, Agustín; VINÃO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-20.

ESCOLANO BENITO, Agustín. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea, 2017.

FERREIRA, Paulo Roberto. *O homem que tentou domar o Amazonas: biografia do cientista Felisberto Camargo, ousado e futurista*. Belém: Embrapa; Amazônia Oriental, 2011.

INSTALADA a Escola de Agronomia da Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, p. 1, 18 abr. 1951.

INSTALAR-SE-Á amanhã a Escola de Agronomia da Amazônia. *O Liberal*, Belém, p.2, 16 abr. 1951.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. 2 ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MOREIRA, Eidorfe. *Para a história da Universidade Federal do Pará*. Belém: Grafisa, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações: uma trajetória. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6395>

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SOLENEMENTE instalada a Escola de Agronomia da Amazônia. *O Liberal*, Belém, p. 1, 18 abr. 1951.

VINÃO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: ESCOLANO, Agustín; VINÃO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 58- 139.